



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

**ALEXANDRE AUGUSTO CORREIA DE FREITAS
JÚNIOR**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA A PARTIR DO CONTEÚDO FUTEBOL**

RECIFE

2019

ALEXANDRE AUGUSTO CORREIA DE FREITAS JÚNIOR

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA A PARTIR DO CONTEÚDO FUTEBOL**

Projeto de monografia, apresentado à
Universidade Federal Rural de Pernambuco -
UFRPE, como parte das exigências para a
aprovação na disciplina de Monografia.

**Orientadora: Prof.^a Rosângela Cely Branco
Lindoso**

RECIFE

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

J95p

Júnior, Alexandre, Alexandre Augusto Correia de Freitas

O processo de inclusão dos alunos com deficiência visual nas aulas de educação física a partir do conteúdo futebol / Alexandre, Alexandre Augusto Correia de Freitas Júnior. - 2019.
43 f. : il.

Orientadora: Rosângela Cely Branco Lindoso.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em Educação Física, Recife, 2019.

1. Educação física. 2. Futebol de cinco. 3. Deficientes visuais. 4. Inclusão. I. Lindoso, Rosângela Cely Branco, orient.
II. Título

CDD 613.7

ALEXANDRE AUGUSTO CORREIA DE FREITAS JÚNIOR

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA A PARTIR DO CONTEÚDO FUTEBOL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção final do grau de Licenciada em Educação Física.

Aprovada em ____ de _____ 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª. Rosângela Cely Branco Lindoso – UFRPE – Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Nayana Pinheiro Tavares

Prof^ª Mayara Sequeira da Silva

Apresentado em: ____ / ____ / ____

Recife /2019

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física, a partir do conteúdo futebol. Visando obter um diagnóstico reflexivo, que represente a realidade da prática do futebol para pessoas com deficiência visual, foram analisados estudos publicados a partir dos bancos de dados digitais, disponíveis via internet. Utilizando descritores como “futebol escola”; “futebol de cinco”; “educação física escolar”; “deficiente visual”; “inclusão”; de forma isolada e/ou combinada, selecionamos alguns estudos que mais se aproximavam da temática abordada por este trabalho, contribuindo para uma discussão relevante. Desta forma, essa pesquisa abordará a deficiência visual de um modo geral, partindo dos seus conceitos, e classificações percorreremos também pelo histórico da legislação que legitimou a condição dos deficientes visuais, observando as implicações frente à prática pedagógica nas escolas e em especial no componente curricular Educação Física. Traremos ainda, a relação do conteúdo futebol com os deficientes visuais, destacando a adaptação do esporte à realidade dessas pessoas.

Palavras-chave: Educação Física, Futebol de cinco, Deficientes visuais, Inclusão.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the process of inclusion of students with visual impairment in Physical Education classes, from the soccer content. In order to obtain a reflexive diagnosis, which represents the reality of soccer practice for visually impaired people, studies published from digital databases, available via the internet, were analyzed. Using descriptors such as “school football”; “Football of five”; “School physical education”; “Visually impaired”; "inclusion"; In isolation and / or in combination, we selected some studies that were closest to the theme addressed by this work, contributing to a relevant discussion. Thus, this research will address the visual impairment in general, starting from its concepts, and classifications we will also go through the history of the legislation that legitimized the condition of the visually impaired, observing the implications regarding the pedagogical practice in schools and especially in the curricular component. PE. We will also bring the relationship between soccer content and the visually impaired, highlighting the adaptation of the sport to the reality of these people.

Keywords: Physical Education, Football, Handicapped, Inclusion.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 6 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 8 |
| 2.1 ASPECTOS GERAIS DA DEFICIÊNCIA VISUAL | 10 |
| 2.1.2 Legislação brasileira | 12 |
| 2.2 INCLUSÃO | 15 |
| 2.2.1 O papel da Educação Física..... | 19 |
| 2.2.2 Futebol de cinco | 20 |
| 3. METODOLOGIA | 29 |
| 4. RESULTADOS..... | 35 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 40 |
| 6. REFERÊNCIAS | 42 |

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo surgiu através da minha experiência acadêmica na disciplina Educação Inclusiva, onde despertou as lembranças do período em que estudava no Colégio da Polícia Militar de Pernambuco, quando observava o professor de Educação Física, deficiente visual, que lecionava na referida escola. Ao entender a prática da Educação Física como fonte de integração e inclusão decidi aprofundar a temática em questão.

Durante o período escolar, sempre notei as dificuldades enfrentadas pelo professor, afinal, para a maioria das pessoas, inclusive eu, seria difícil imaginar um professor deficiente visual ministrar uma aula, principalmente de Educação Física. Atualmente, no meu período acadêmico, tenho uma visão totalmente diferente e vejo nesta pesquisa a oportunidade de pôr em prática e mostrar que, assim como no caso do professor, dois universos distintos como o futebol e a deficiência visual, que a princípio podem se apresentar incompatíveis, se integram e tornam-se uma ferramenta de inclusão.

Outro ponto importante que pude perceber ao fazer um levantamento prévio sobre a temática a ser abordada é a carência de estudos na área. Desta forma, pretendo contribuir com material literário para que futuras gerações despertem o interesse, aprofundem e disseminem novos estudos a respeito do tema desta monografia.

A partir dessas colocações e do meu interesse pelo tema, surge o problema da pesquisa: Como se dá o processo de inclusão dos alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física a partir do conteúdo futebol? Com o intuito de responder esse questionamento, faz-se necessário analisar processo de inclusão dos alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física a partir do conteúdo futebol, que seria o que almejo aprofundar nesse estudo enquanto objetivo geral. Como objetivos específicos pretendemos investigar os aspectos históricos que fundamentam o processo de inclusão, bem como caracterizar os elementos que norteiam a prática do futebol para as pessoas com deficiência visual.

A fim de estudar esse fenômeno, recorreremos à pesquisa bibliográfica que, segundo Fonseca (2002), é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Utilizaremos de referenciais teóricos, tomando como marco inicial as publicações a partir do ano de 1994 por ter sido neste instituída a Declaração de Salamanca, que tem por objetivo fornecer diretrizes básicas para a formulação ou reformulação do sistema de ensino especial em escala global, não descartando possíveis publicações anteriores a esse período que sejam relevantes.

Com isso, a nossa pesquisa abordará a deficiência visual de um modo geral, partindo dos seus conceitos, e classificações, vamos falar sobre cegueira e baixa visão, percorreremos também pelo histórico da legislação que legitimou a condição dos deficientes visuais, observando as implicações frente à prática pedagógica nas escolas e em especial no componente curricular Educação Física, até chegar as suas perspectivas de ensino na escola regular.

Além disso, fomos em busca da relação do futebol com os deficientes visuais, trazendo um breve resgate histórico referente ao surgimento do futebol no Brasil, atrelando-o a evolução da adaptação do esporte à realidade dos deficientes visuais. Sendo assim vamos falar sobre a inclusão do deficiente na prática esportiva, as principais regras que norteiam a prática do futebol de cinco, juntamente com alguns aspectos que caracterizam essa modalidade esportiva.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento de atividades físicas para pessoas com deficiência é um tema que vem ganhando força nos últimos anos, tendo em vista que há um interesse cada vez maior das pessoas com deficiência em praticar atividades físicas. No entanto é preciso fazer uma reflexão sobre o termo deficiente que talvez possa induzir ao pensamento daquilo que não é eficiente.

Muitos consideram que a palavra deficiente tem um significado muito forte, carregado de valores morais, contrapondo-se a eficiente. Levaria a supor que a pessoa deficiente não é capaz; e, sendo assim, então é preguiçosa, incompetente e sem inteligência. A ênfase recai no que falta, na limitação, no defeito, gerando sentimentos como desprezo, indiferença, chacota, piedade ou pena. (Gil, 2000, p.5).

Desconsiderar esses valores morais, desconstruir conceitos arraigados ao longo da nossa existência não é tão fácil, mas é o primeiro passo para começar uma prática de educação inclusiva. Desde a Declaração de Salamanca em 1994, os governos vêm demandando esforços para a concretização do que lhes foi imposto:

Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles: atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. (Declaração de Salamanca, 1994).

Da Declaração para os dias atuais, vinte e dois anos se passaram e percebemos que ainda temos um longo caminho a percorrer em direção a inclusão e a desconstrução dos valores citados no parágrafo anterior. As escolas precisam rever currículos e aspectos estruturais, as secretarias precisam investir em capacitação dos profissionais nas áreas específicas das deficiências como a leitura em braile, o aprendizado de libras, as formas de atendimento as várias deficiências que surgem de maneira cada vez mais expressiva no cenário educacional, pois não bastam às rampas, as salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado), os computadores com seus programas educacionais, é preciso que o profissional esteja livre de preconceitos, acredite no potencial a ser desenvolvido pelo aluno especial.

A família tem papel muito importante quanto ao estímulo das pessoas com deficiência visual, é importante que desde muito cedo essas pessoas possam interagir

livremente no meio ambiente, pois assim ganharão autonomia para atingir um grau máximo de independência.

O medo e dependência podem caracterizar algumas pessoas com deficiências visuais, independentemente da perda visual ser congênita ou adquirida. Essas características podem se desenvolver em decorrência da superproteção experimentada pelas pessoas cegas, e não pela falta de visão. Essa superproteção tira as oportunidades do deficiente visual de explorar o ambiente com liberdade, o que pode causar atrasos no desenvolvimento perceptivo, motor e cognitivo. (WINNICK, 2004, p. 184).

A afirmação de Winnick (2004), Filho et al. (2006) ressaltam que a restrição de oportunidades aos deficientes visuais contribui para o seu déficit do desenvolvimento motor.

Segundo Cutsforth (1969) a criança com deficiência visual necessita de uma carga diferenciada de estímulos que outra sem deficiência. Enquanto que as crianças de “visão normal” encontram uma estimulação cada vez maior no meio ambiente, a deficiente deve buscar essa estimulação dentro do próprio âmbito corporal, para que crie o seu próprio ambiente e busque a motivação para realizar qualquer tipo de ação.

Nesta perspectiva, temos a Educação Física como grande instrumento de inclusão, assim como os profissionais que atuam na construção do conhecimento. A elaboração de práticas pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento perceptivo, motor e cognitivo dos alunos com deficiência, aliados a uma capacitação contínua evidenciam a importância desses saberes na formação dos profissionais que pretendem atuar nesta área.

A prática de futebol para cegos nesse cenário surge como grande colaborador quanto ao rompimento do preconceito, pois, vêm mostrar que essas pessoas são tão ou mais inteligentes quanto outras e tão ou mais esforçadas do que outras. Ninguém antes poderia imaginar que um esporte que requer tanto do olhar, da percepção espacial, da pontaria e do deslocamento em velocidade pudesse ser jogado por deficientes visuais.

2.1 ASPECTOS GERAIS DA DEFICIÊNCIA VISUAL

A visão se apresenta como um dos sentidos mais importantes no que diz respeito a relação do indivíduo com o mundo. É através da visão que o ser humano explora o ambiente exterior observando suas características mais peculiares que nenhum outro sentido promove. O tato, paladar, olfato e audição contribuem com informações importantes, porém fragmentadas, se comparadas à visão. Segundo Sanchez (1994), a visão rapidamente unifica as diferentes sensações e põe em relação um sentido com o outro. Sendo assim, a visão assume um papel importante na relação harmônica entre todos os sentidos.

A criança que enxerga estabelece uma comunicação visual com o mundo exterior desde os primeiros meses de vida porque é estimulada a olhar para tudo o que está à sua volta, sendo possível acompanhar o movimento das pessoas e dos objetos sem sair do lugar. A visão reina soberana na hierarquia dos sentidos e ocupa uma posição proeminente no que se refere à percepção e integração de formas, contornos, tamanhos, cores e imagens que estruturam a composição de uma paisagem ou de um ambiente. É o elo de ligação que integra os outros sentidos, permite associar som e imagem, imitar um gesto ou comportamento e exercer uma atividade exploratória circunscrita a um espaço delimitado (Sá, p. 15, 2007).

Os indivíduos que não dispõem da visão em sua totalidade, apresentam perdas no tocante das informações obtidas pelo meio, ocasionando assim dificuldades no processo ensino/aprendizagem e nas relações interações sociais, não por ser incapaz, mas por não poder utilizar seu principal sentido em sua plenitude.

De acordo com definições médicas, a deficiência visual pode ser classificada basicamente em dois tipos: A cegueira e a baixa visão. O termo “baixa visão” surgiu recentemente, tendo em vista que a expressão “visão subnormal” caiu um pouco em desuso, por muitos autores acreditarem que o prefixo “sub” estaria causando um complexo de inferioridade em relação aos indivíduos que não possuem deficiência visual.

O que define a classificação do sujeito em decorrência com o grau de visão é a acuidade visual e o campo visual. Segundo Lisboa, (2014), é considerada deficiência visual, a perda parcial ou total da visão aferida mediante a acuidade visual (o que se vê a determinada distância) e o campo visual (a amplitude da real alcançada pela visão).

Alguns autores concordam acerca dessa classificação, pois consideram que a funcionalidade da visão é que deveria ser o principal instrumento de análise e classificação, como diz Amiralian (1997, p.31):

[...] foi observado que os sujeitos cegos, com idêntica acuidade visual, possuíam eficiência visual diversa, ou seja, sujeitos com a mesma medida oftalmológica de visão apresentavam diferenças na utilização do resíduo visual. Essa constatação tornou necessária uma concepção educacional de cegueira, que se caracterizou prioritariamente pela ênfase dada na eficiência visual e não na acuidade.

Atendo-se apenas ao cunho didático, deixando de lado os números de classificação óptica, a cegueira pode ser compreendida da seguinte forma:

A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente (Sá, p. 15, 2007).

Apresentando pouca visão residual, o deficiente visual é classificado com o termo “baixa visão”, sendo conceituado como:

A definição de baixa visão (ambliopia, visão subnormal ou visão residual) é complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais. Essas funções englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução de tarefas e o desempenho geral (Sá, p. 16, 2007).

Outro dado importante sobre a deficiência visual é que ela pode ser adquirida (ao longo da vida) ou congênita (no nascimento). Quando o indivíduo adquire a deficiência visual ao longo da vida, ele guarda em seu cérebro as experiências oriundas do período em que ele ainda enxergava. Alguns autores chamam isso de memória visual. Essa memória visual o auxilia na sua percepção de mundo, uma que a pessoa já foi exposta a alguns estímulos proporcionados pela visão, obtendo informações e elaborando condições para adaptar-se ao ambiente.

Na deficiência visual congênita, o que ocorre é justamente o oposto do que foi dito no parágrafo acima. Há uma dificuldade aumentada pela ausência do contato visual com o mundo exterior. O indivíduo não tem noção da dimensão, das cores, dos formatos de todos os objetos ao seu redor. Podendo resultar em certa restrição ou até mesmo medo em relação ao ambiente que ele desconhece.

Algumas crianças cegas congênitas podem manifestar maneirismos, ecolalia e comportamentos estereotipados. Isso porque a falta da visão compromete a imitação e deixa um vazio a ser preenchido com outras modalidades de percepção. A falta de conhecimento, de estímulos, de condições e de recursos adequados pode reforçar o comportamento passivo, inibir o interesse e a motivação. A escassez de informação restringe o conhecimento em relação ao ambiente. (Sá, 2007, p. 21).

Claro que, tomando como base a deficiência visual congênita e adquirida, existem inúmeros fatores que podem influenciar desenvolvimento social, psíquico e motor do deficiente. Segundo Ochaita e Rosa (1995), a perda da visão, dependendo da idade e do momento de surgimento, pode exercer um efeito diferente sobre o desenvolvimento psicológico. A idade em que ocorre atrelado ao grau da perda da acuidade visual pode impactar diretamente em sua formação, comprometendo ações básicas como movimentar-se no ambiente com total segurança.

2.1.2 Legislação brasileira

No que tange os documentos oficiais da legislação brasileira, a primeira menção aos deficientes de uma forma geral, que visava extinguir o preconceito existente a época foi na Constituição de 1967, através da Emenda Constitucional nº12/78. A Emenda tinha o objetivo de incluir o deficiente na sociedade, expressa em ações como acessibilidade, ensino e trabalho, contudo tal Emenda não foi incorporada ao texto principal, revelando clara situação de desigualdade. (ARAÚJO, 2014).

De acordo com Leite (2016), somente com a Constituição o Federal de 1988 que a forma com que a pessoa com deficiência era tratada, foi alterada, passando a ter uma preocupação muito maior com a questão da inclusão social.

O Decreto n 3.298/99 define deficiência visual nos seguintes termos:

[...] cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 1999).

Na Carta Magna de 1988, o legislador demonstra em vários artigos a preocupação em inserir o contexto do preconceito, dando ênfase ao combate à qualquer tipo de discriminação por parte da sociedade. Logo no artigo 3º, inciso IV, estabelece como um dos objetivos fundamentais da república “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1998).

No artigo 5º, o autor aponta a igualdade como um dos pontos a serem preservados “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade” (BRASIL, 1988).

Já no artigo 7º, inciso XXI, o autor optou por ser um pouco mais específico citando diretamente as pessoas portadoras de deficiências “[...] proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência” (BRASIL, (1988).

O artigo 227, parágrafo 1º e 2º, destaca a questão da acessibilidade, que segundo Araújo (2014) funciona como um direito fundamental instrumental, pois ele abre caminho para que os demais direitos possam ser exercidos.

Art. 227. § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação. [...] 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência (BRASIL, 1988).

No ano de 2015, entrou em vigor no Brasil a Lei nº 13.416, conhecida como Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), popularmente conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Uma Lei específica, voltada para as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, que visa garantir os seus direitos. “Os 127 artigos e quase trezentos novos dispositivos alteram o tratamento jurídico da questão da deficiência no país, se ancorando no arcabouço dos direitos humanos” (SANTOS, 2016, p. 3011).

Logo em seu primeiro artigo, a LBI procura assegurar e promover o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, em condições de igualdade, visando à inclusão social e cidadania.

Em seguida, no 2º artigo, traz no texto uma breve definição da pessoa com deficiência sendo como aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Outro artigo que merece destaque na LBI é o 8º que versa sobre o dever do Estado, da família e da sociedade à efetivação dos direitos à vida, à saúde, à educação, ao trabalho, à acessibilidade, à cultura, ao lazer, à dignidade, ao respeito, à liberdade, entre outros.

Especificamente aos deficientes visuais, a LBI traz em seu 3º artigo, no inciso V, o acesso à comunicação, detalhando-o como sendo a forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações.

Sem dúvidas a LBI pode ser considerada um marco na história da garantia dos direitos das pessoas com deficiência por ser uma lei específica e bastante ampla que trata da acessibilidade e inclusão em diferentes aspectos da sociedade. Porém, apesar dos avanços que a legislação trouxe, dedicando uma lei exclusiva para os deficientes, ela é só mais um capítulo na luta pela igualdade. Cabe ao Estado e a sociedade fazer valer na prática o que está garantido em lei.

2.2 INCLUSÃO

Se a nível nacional temos a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) como grande símbolo da luta pela igualdade em relação aos direitos adquiridos, a nível internacional destacamos a Declaração de Salamanca (1994) como grande marco acerca da discussão sobre esta temática.

Em 1994 o movimento ganhou força com a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. O documento reafirma os pressupostos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, e renova a garantia dada pela comunidade mundial na Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990. Proclama-se o direito fundamental à educação, a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem conforme as particularidades de cada educando e de modo a atender a diversidade características e necessidades. No caso daqueles que têm necessidades educativas especiais, proclama-se que “devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades” (UNESCO, 2010, p. 88).

Elaborada em 1994, durante a Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, o documento traz em seu texto importantes conceitos referentes à prática de políticas inclusivas, fornecendo diretrizes básicas para a formulação e reformulação dos sistemas educacionais tendo por base o entendimento da educação como ferramenta de inclusão.

Buscando estabelecer alguns parâmetros éticos para a promoção da educação para todos, a Declaração de Salamanca propõe a promoção da aprendizagem através do respeito e do reconhecimento às diferenças, atendendo as necessidades educacionais de cada aluno, reconhecendo a importância da escola e da capacitação contínua dos docentes, pautado numa perspectiva de uma sociedade inclusiva.

Mas o que de fato seria a inclusão? Para Sasaki (1997) a inclusão é o modo pela qual a sociedade se adapta para poder receber, em seus sistemas sociais diversos, pessoas com deficiência e, estas, por sua vez, organizando-se para assumir seus papéis na sociedade. Ainda de acordo com o autor, a sociedade precisa ser transformada, devendo, contudo, perceber que ela precisa se capacitar para atender todas às necessidades de seus membros.

O conceito de inclusão é muito abrangente e geralmente vem associado ao conceito de integração. Embora caminhem sempre na mesma direção, ao analisar suas propostas percebemos diferentes significados em suas abordagens. Seguindo a linha de raciocínio do último autor citado, a inclusão requer uma transformação da sociedade para que os indivíduos com deficiência possam exercer seus direitos e papéis sociais. A integração seria a inserção desse indivíduo na sociedade, promovendo apenas as adaptações necessárias para o seu convívio. Vale ressaltar que as duas são fundamentais no processo de inclusão.

Promover a acessibilidade é um dos pontos básicos quando se fala em inclusão. Fazer um levantamento das mais variadas necessidades que as pessoas com deficiência precisam desde a rampa de acesso de um determinado lugar até a adequação do ambiente com profissionais capacitados é essencial nesse processo.

Deixando de lado todos os problemas sociais enfrentados pelos deficientes, focando apenas nas reflexões sobre a inclusão referentes ao aspecto educacional, Sasaki (2003) conceitua o modelo de educação inclusiva da seguinte forma:

Educação inclusiva é o conjunto de princípios e procedimentos implementados pelos sistemas de ensino para adequar a realidade das escolas à realidade do alunado que, por sua vez, deve representar toda a diversidade humana. Nenhum tipo de aluno poderá ser rejeitado pelas escolas. As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade, a fim de que cada aluno possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências (p.15).

Concordando com o autor acima sobre o impedimento da rejeição do aluno por parte da escola, Carneiro (2011) defende a ampliação da participação e permanência dos alunos nas escolas regulares:

Conjunto de processos educacionais decorrente da execução de políticas articuladas impeditivas de qualquer forma de segregação e de isolamento. Essas políticas buscam alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência de todos os alunos nela, independente de suas particularidades. Sob o ponto de vista prático a educação inclusiva garante a qualquer criança o acesso ao Ensino Fundamental, nível de escolaridade obrigatório a todo cidadão brasileiro (p. 29).

Ainda sobre a educação inclusiva, a Declaração de Salamanca aponta para os benefícios sociais, destacando a importância do encaminhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais para a classe regular de ensino:

Educação inclusiva é o modo mais eficaz para construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais especiais e seus colegas. O encaminhamento de crianças a escolas especiais ou a classes especiais ou a sessões especiais dentro da escola em caráter permanente deveriam constituir exceções, a ser recomendado somente naqueles casos infrequentes onde fique claramente demonstrado que a educação na classe regular seja incapaz de atender às necessidades educacionais ou sociais da criança ou quando sejam requisitados em nome do bem-estar da criança ou de outras crianças (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 5).

Analisando a fala dos autores citados acima, podemos perceber que todos eles tratam a questão da escola regular e da escola especial. Essa ainda é uma temática que intriga muitos autores e docentes.

Alguns acreditam que o aluno com deficiência é mais excluído na escola de ensino regular, por não acompanhar os demais colegas na aprendizagem e por isto deveria ser preservado e frequentar a escola especial, onde estaria com crianças "iguais" e, assim, não precisaria lidar com este desafio. Outros educadores acreditam que o aluno com necessidades especiais deve frequentar a escola de ensino regular, justamente pela riqueza que surge através da diversidade. (ROSA, 2008, p.215)

Contudo, vale salientar que um dos pilares ideológicos que movem o conceito de inclusão na prática pedagógica é o de um sistema único de ensino, que atenda todos da mesma forma, independente do tipo e do grau de deficiência, respeitando as diferenças de cada aluno.

Desta forma, a escolarização das pessoas com deficiência no ensino regular se apresenta como cenário ideal para o processo de aprendizagem. Segundo Carvalho (2005), no princípio da inclusão, a escola é quem deve se adaptar ao aluno e não o contrário. “No modelo organizacional que se construiu sob a influência do princípio da integração, os alunos deveriam adaptar-se às exigências da escola e, no da inclusão, a escola é que deve se adaptar às necessidades dos alunos.” (p.68)

Nessa perspectiva, a educação inclusiva, além de garantir o acesso dos estudantes com deficiência ao ensino regular, deve também assegurar metodologias de trabalho diferenciadas, que atenda a cada estágio do desenvolvimento do aluno, bem como materiais de apoio e recurso humano especializado.

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não considera apenas a sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o

desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. (Glat e Nogueira, 2002, p.26)

Embora haja essa preocupação em incluir os deficientes nas escolas regulares, de acordo com Carvalho (2005) isso “não significa um ‘modo igual’ de educar a todos e sim dar a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais” (p.81).

Outro ponto relevante sobre o funcionamento da escola inclusiva remete-se a formação dos professores. Segundo a LDB de 1996 no artigo 59, são previstos “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (p.22).

Sendo assim, o corpo docente, através de uma proposta de formação continuada, deve estar apto a elaborar e implantar novas metodologias de ensino de forma a atender as necessidades de todos os alunos, estimulando a aprendizagem e evitando a evasão escolar, promovendo assim a transformação social.

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde a necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania. (Xavier, 2002,p.19)

Dessa forma é possível afirmar que a tendência, no que se refere a educação do aluno deficiente, está na inclusão do mesmo no sistema regular de ensino, que irá garantir desenvolvimento e convívio social, sendo assim é importante saber quais são os benefícios da inclusão e sobre o tema (GONÇALVES;AMARAL, 2009, p.6) infere:

Essa inclusão além de beneficiar a pessoa portadora de deficiência faz com que as pessoas que não possuem alguma deficiência física ou mental tornem-se mais solidárias, aprendam a conviver com as diferenças e se despeçam de preconceitos, colaborando com a conscientização de todos para buscar uma sociedade mais justa.

A educação talvez seja o principal meio de inclusão, devido a gama de possibilidades de reintegração dos indivíduos que, em outrora, foram excluídos desse processo. Não é a toa que os sistemas de ensinos estejam sempre em constante revisão, promovendo capacitação para os funcionários das escolas, visando atender o maior

número de pessoas de modo que a educação atinja a todos em plenas condições de igualdade, repudiando qualquer tipo de segregação.

2.2.1 O papel da Educação Física

Conforme o que foi apresentando no tópico anterior, se a educação pode ser apresentada como grande instrumento para a disseminação de ideias e práticas pedagógicas voltadas para o processo de inclusão, o mesmo pode-se afirmar em relação à educação escolar inclusiva e a disciplina curricular Educação Física.

Apresentando-se como um dos componentes da grade curricular da escola, a Educação Física também está associada aos frequentes debates em torno da inclusão de pessoas com necessidades especiais. A participação ativa nesses debates é de fundamental importância para que esse componente curricular aprimore suas possibilidades de atuação junto a alunos que apresentam demandas específicas relacionadas ao seu desenvolvimento humano.

Na escola, a Educação Física se constitui em uma grande área de adaptação ao fornecer a oportunidade de participação dos alunos em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, permitindo-os que sejam valorizados e se integrem num mesmo ambiente. A Educação Física quando adaptada ao aluno portador de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação (Cidade e Freitas, 1997).

A Educação Física Escolar, pelo princípio da inclusão, deve desenvolver as competências de todos os alunos e adotar as estratégias necessárias para que eles tenham acesso aos seus conteúdos, evitando a exclusão ou alienação. (AGUIAR; DUARTE, 2005).

Princípio da inclusão: Os conteúdos e estratégias escolhidos devem sempre propiciar a inclusão de todos os alunos.

Princípio da diversidade: A escolha dos conteúdos deve, tanto quanto possível, incidir sobre a totalidade da cultura corporal de movimento, incluindo jogos, esporte, atividades rítmico-expressivas, dança e lutas/artes marciais, ginásticas e práticas de aptidão física e, com suas variações e combinações.

Princípio da complexidade: Os conteúdos devem adquirir complexidade crescente com o decorrer das séries, tanto do ponto de vista estritamente motor (habilidades básicas à combinação de habilidades, habilidades especializadas, etc.) como cognitivo (da simples informação à capacidade de análise, de crítica, etc.).

Princípio da adequação ao aluno: Em todas as fases do processo de ensino deve-se levar em conta as características, capacidades e interesses do aluno, nas perspectivas motora, afetiva, social e cognitiva (BETTI; ZULIANI, 2002, P. 73-81).

A Educação Física escolar, como disciplina diretamente relacionada ao corpo, pode contribuir significativamente nesse desenvolvimento da criança, possibilitando que a criança conheça seu próprio corpo e relacione-o com o espaço que a cerca, para em seguida, perceber os outros que com ela interagem.

2.2.2 Futebol de cinco

O fenômeno esportivo que possui maior relevância no meio social a nível mundial é, sem dúvidas, o futebol. Representando o esporte mais popular do planeta, o futebol é capaz de influenciar diversos segmentos da sociedade, como: Político, econômico, social, cultural, entre outros. Sua prática, realização e desenvolvimento vêm sendo reconstruídos e ressignificados a cada contexto e época, num processo ditado por diferentes sentidos, finalidades e significados (BENTO, 2004; MARQUES et. al., 2009).

Por conseguir mobilizar grande parte da humanidade, o futebol consegue estar presente em vários ambientes, seja no trabalho, na escola, na rua, nos bares, nos restaurantes, entre outros. Além disso, possui grande apelo midiático, através dos mais variados veículos de comunicação e das redes sociais, tornando-se quase impossível não estar presente no convívio humano e social das pessoas.

Apesar de não nascer no Brasil, a prática do futebol foi incorporada de tal maneira que hoje é considerada um dos símbolos da nossa cultura (GEERTZ, 1989). Para Daolio (1997, p.104): "Parece haver uma certa relação entre as exigências do

esporte e as características sócio culturais do povo brasileiro". Ainda de acordo com o autor, a relação entre o futebol e o povo brasileiro pode ser compreendida como:

[...] o novo esporte que chegava da Inglaterra não oferecia apenas momentos lúdicos de lazer aos seus praticantes, mas permitia, principalmente, a vivência de uma série de situações e emoções típicas do homem brasileiro. Isso explicaria o alto poder simbólico que o futebol foi adquirindo ao longo deste século [século xx], passando a representar o homem brasileiro, da mesma forma como fazem outros fenômenos nacionais, como o carnaval, por exemplo. (DAOLIO, 2000, p.33)

De acordo com Morato (2007) o aprender a jogar futebol no Brasil, sempre esteve respaldado no significado cultural de sua prática. Desde pequenos os brasileiros sofrem influência por esse significado. Recebem bolas e uniformes dos clubes preferidos dos pais ou parentes. Torcem por determinados clubes. Assistem aos jogos pela televisão ou nos estádios. São incentivados a praticá-lo.

Toda essa influência apresentada no parágrafo anterior reflete a essência do futebol para os brasileiros. Essência esta que atinge todas as camadas sociais da população, sem restrição por cor, gênero, deficiência ou qualquer outra forma de discriminação. Se no passado o futebol era praticado só por alguns, hoje temos inúmeras federações, associações, institutos que ajudam a difundir e incentivar a prática dessa modalidade esportiva, constituindo um fator relevante para a apropriação de aspectos culturais e inserção no contexto social.

Devido a sua vasta popularidade, frente aos interesses de diferentes públicos alvos, naturalmente a modalidade tradicional, originada na Inglaterra, sofreu processos de modificações, dando origem a outras modalidades esportivas que também são muito praticadas no Brasil. O futebol de areia, o futsal e o futevôlei são exemplos dessas variações.

Outras modalidades derivadas do futebol surgiram em decorrência da acessibilidade, possibilitando assim que pessoas com algum tipo de deficiência, por exemplo, tivessem a oportunidade de vivenciar a prática esportiva do futebol. No caso dos indivíduos que possuem deficiência visual, o futebol de cinco surge como uma opção com adaptações específicas as suas características.

O *IBSA (International Blind Sports Federation)* é a entidade máxima que representa a prática dos desportos pelos deficientes visuais, promovendo a integração

dos mesmos na sociedade através do desporto a nível mundial. No Brasil, a CBDV (Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais) é a responsável por representar a categoria em diversas modalidades.

A prática do futebol por pessoas com deficiência visual teve seu início em meados da década de 1920 nas escolas e institutos especializados da Espanha para este público (INTERNATIONAL..., 2010). No Brasil, existem relatos da prática do futebol desde a década de 1950, também em escolas e institutos especializados (FONTES, 2006).

Segundo Morato (2007), no período de 1950, os deficientes visuais praticavam o futebol utilizando latas, garrafas e bolas revestidas com sacos plásticos, para produzir um mecanismo sonoro para a localização do material (bola). O autor ainda acrescenta que o futebol de cinco, também conhecido como futebol de cegos, é uma adaptação do futsal convencional com as regras sendo definidas pela *FIFA (Fédération Internationale de Football Association)*, adequando-se às potencialidades das pessoas cegas.

Assim como no futsal, as equipes de futebol de cinco são formadas por cinco jogadores em quadra, sendo quatro com deficiência visual (B1). De acordo com a classificação esportiva para deficientes visuais, B1 é o indivíduo que apresenta deficiência visual total ou até, no máximo, a percepção luminosa sem a distinção de objetos (Freire, Morato, 2012), e um goleiro, que pode ter baixa visão ou nenhum comprometimento visual (FREIRE; MORATO, 2012, p. 232).

O crescente desenvolvimento do esporte em questão foi positivo ao longo do tempo, acarretando a sua inclusão nos Jogos Paraolímpicos de Atenas/2004. Inclusão esta que foi importantíssimo, visto que, as Paraolimpíadas é o ápice do desporto adaptado.

O IPC (Comitê Paraolímpico Internacional), juntamente com a IBSA e a FIFA, reestruturaram as regras do futebol para cegos em 2004 para os Jogos de Atenas. Essa reestruturação trouxe consigo a alteração da nomenclatura desta modalidade, oficializando a partir desta data o nome de futebol de cinco (IPC, 2004, IBSA, 2004).

Possivelmente, essa alteração da terminologia, pode ter ocorrido para diferenciar essa manifestação de futebol das demais, e também para remover da palavra - cego e/ou deficiente visual - a presença de estigmas e/ou preconceitos ao mencioná-lo.

Para qualquer modalidade esportiva para pessoas deficientes, há necessidade da classificação médica e/ou funcional dos jogadores para não haver vantagens e/ou desvantagens entre os atletas e/ou as equipes. No caso das modalidades esportivas para deficientes visuais a classificação é oftalmológica e se agrupa da seguinte maneira de acordo com a IBSA (apud Almeida, 2002):

- B1 – não possui nenhuma percepção luminosa em ambos os olhos e/ou incapacidade de reconhecer objetos e contornos a qualquer distância e direção quando há percepção luminosa.

- B2 - Habilidade de reconhecer objetos ou contornos a uma acuidade visual de 2/60 metros e/ou uma limitação do campo visual de até 5°.

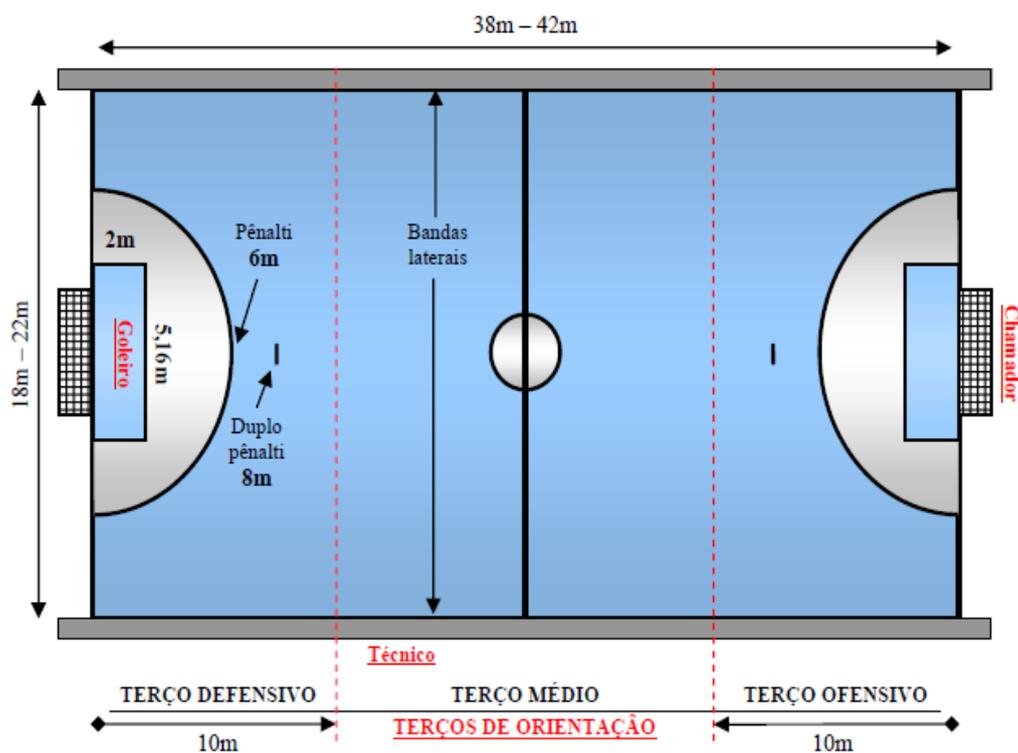
- B3 – Acuidade visual entre 2/60metros até 6/60metros de visão e/ou campo visual entre 5° e 20°.

No caso específico do futebol de cinco, a classificação dos jogadores é determinada apenas por duas categorias, a categoria B1 (cegos) e a categoria B2/B3 (baixa visão).

De acordo com Morato (2007) os jogos são disputados em quadras com dimensões entre 18 (mínimo) a 22 (máximo) metros de largura e 38 (mínimo) a 42 (máximo) metros de comprimento. O piso pode ser de cimento, madeira, borracha sintética ou similar, grama natural ou ainda grama sintética e deve ser plano, liso e não abrasivo.

Em relação ao tempo, o jogo é realizado em dois tempos de 25 minutos com um intervalo de 10 minutos entre eles. Cada equipe tem direito a solicitar um minuto de tempo técnico em cada um dos períodos (Castelli, Fontes, 2006).

Figura 1 - A quadra de futebol de cinco



Fonte: MORATO,2007

Na extensão de toda linha lateral, há a presença da “banda lateral”, que consiste numa espécie de “barreira” medindo entre 1m e 1,20m de altura. Segundo os autores Freire e Morato (2012), Castelli e Fontes (2006), as bandas impedem que a bola saia tornando o jogo mais fluido e dinâmico. Se a bola passar sobre a banda, é cobrado lateral com os pés do ponto em que ela saiu.

Figura 2 – As bandas laterais



Fonte: MORATO, 2007

Em relação à bola, como Morato citou acima, os deficientes visuais, na ânsia de jogar futebol, buscavam objetos que fazia barulho ou adaptavam as bolas de diferentes formas (com saco envolto ou com guizo externo feitos de tampinhas, entre outras adaptações).

Nesse contexto, a bola passou por um processo de transformação/adaptação até chegar à bola utilizada hoje. Apresentando guizo interno (para emissão dos sinais sonoros que servem como base de orientação, localização da sua posição em quadra e em relação ao jogador) e com as mesmas medidas (calibragem, peso e tamanho) da bola do futsal convencional.

Figura 3 – A bola oficial



Fonte: MORATO, 2007

O goleiro do futebol de cinco é o único jogador que pode ter baixa visão ou até mesmo nenhum comprometimento visual. No entanto, sua área de atuação é restringida a um retângulo medindo aproximadamente 5m x 2m. Caso o goleiro atue com as mãos ou com os pés fora da área delimitada, ocasionará um pênalti duplo para a equipe adversária que será cobrado a uma distância de 8m do ponto médio da linha entre as traves. O tamanho de gol é de aproximadamente 3m x 2m.

Figura 4 – Área do goleiro



Fonte: MORATO, 2007

A distribuição dos jogadores em quadra é semelhante ao futsal. As equipes são compostas por cinco jogadores, onde quatro atuam como jogadores de linha e são totalmente cegos (classificados na categoria B1) e, um goleiro que já mencionamos acima, pode ter baixa visão ou até mesmo nenhum comprometimento visual, atuando em uma área específica.

Todos os jogadores de linha devem usar venda nos olhos garantindo assim a condição de igualdade, tendo em vista que alguns atletas, mesmo sendo classificados na mesma categoria, podem apresentar resíduos visuais que possibilitariam uma significativa vantagem em relação aos demais.

No tocante a jogabilidade, há uma regra bem curiosa presente nesta modalidade. Durante o jogo os atletas devem sinalizar quando estão se deslocando para disputar a posse de bola, dizendo a expressão “voy” ou outra palavra similar, de forma clara e audível com a intenção de evitar choques. Quando o juiz não ouvir, ele marca falta contra a equipe cujo jogador não disse o “voy”.

Ainda em relação à jogabilidade, o futebol de cinco apresenta uma figura exclusiva para uma melhor dinâmica de jogo: O chamador. Ele se posiciona atrás do gol adversário, tendo como a função de orientação de sua equipe no momento de ataque.

Figura 5 – Área de atuação do chamador



Fonte: MORATO, 2007

Como a quadra do futebol de cinco é dividida em três terços, em cada um destes uma pessoa é responsável pela orientação dos atletas, passando informações sobre o

posicionamento dos adversários, de modo que não prejudique a atuação dos jogadores. O terço defensivo é de responsabilidade do goleiro. No terço médio cabe ao treinador da equipe a função de orientação. E no terço ofensivo, como foi visto acima, o chamador assume essa responsabilidade.

Para a prática do futebol de cinco, os atletas devem desenvolver os mesmos fundamentos do futsal, tais como recepção, condução de bola, passe, drible, chute, marcação e movimentação individual (Souza, Campos, Gorla, 2014; Freire, Morato, 2012), assim como questões relacionadas à orientação espacial (Morato, 2007)

O futebol de cinco é uma modalidade recente, porém com muitas histórias e conquistas para serem relatadas. Atualmente, a seleção brasileira detém cinco títulos mundiais, contra apenas dois da Argentina que aparece em segundo lugar. A soberania também está presente nos jogos paraolímpicos, onde a seleção é a atual tetracampeã (Atenas 2004, Pequim 2008, Londres 2012 e Rio de Janeiro 2016), sendo o único país a vencer os jogos paraolímpicos desde que ele foi inserido no calendário em Atenas (2004).

3. METODOLOGIA

Para Fonseca (2002), *methodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação. Em outras palavras, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem trilhado, para se realizar uma pesquisa ou um estudo.

O presente estudo consiste uma pesquisa que utiliza a dialética como método interpretativo, segundo Minayo (2010), a dialética é a arte diálogo, da permuta e da controvérsia, pois como há tanta transparência tanto na linguagem quanto na vida, na qual a relação de poder e de produção contrapõem pessoas, grupos e classes. A autora reconhece a própria linguagem como forma de dominação que precisa ser desmitificada tornando-se objeto de reflexão, nesse sentido estudando as matrizes curriculares das instituições públicas podemos vislumbrar tais relações.

É uma pesquisa qualitativa por não se preocupar com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (GOLDENBERG, 1997). É desenvolvido a partir da análise de vários artigos, periódicos, dissertações, trabalhos acadêmicos, publicações em livros e plataformas digitais.

O estudo apresentado neste trabalho é caracterizado como uma pesquisa bibliográfica, sendo descrita por Fonseca (2002) como:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Visando obter um diagnóstico reflexivo, que represente a realidade da prática do futebol para pessoas com deficiência visual, utilizamos informações colhidas a partir dos bancos de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google

Acadêmico. Desta forma, buscamos conhecer e compreender como de fato ocorre o processo metodológico de uma aula de Educação Física com o conteúdo futebol para alunos com deficiência visual.

Buscando restringir o nosso campo de pesquisa, afim de obter resultados mais conclusivos, determinamos alguns critérios de inclusão e exclusão dos documentos analisados. Selecionamos estudos que estivessem disponíveis nos meios digitais em sua totalidade, de forma gratuita e disponível para todos os usuários. Além disso, optamos por estudos apenas em língua portuguesa. Entre os critérios de exclusão, publicações repetidas e que não se encaixavam nos critérios de inclusão.

Para uma melhor visualização de nossa pesquisa bibliográfica, optamos pela elaboração de um quadro simples e objetivo contendo duas colunas. Na coluna da esquerda, estão descritos o título da pesquisa juntamente com o(s) autor(es) que a elaboraram. Na coluna da direita contem as informações sobre o periódico e o ano de cada pesquisa encontrada.

Utilizando o descritor “futebol escola” na base de dados da Scielo, obtivemos como resultados 18 artigos, evidenciados na tabela abaixo:

| Título autor(es) | Periódico/ano |
|---|--|
| Jornada escolar versus tempo de treinamento: a profissionalização no futebol e a formação na escola básica Facebook Twitter Melo, Leonardo Bernardes Silva de; Rocha, Hugo Paula Almeida da; Silva, André Luiz da Costa e; Soares, Antonio Jorge Gonçalves. | Revista Brasileira de Ciências do Esporte Dez 2016, Volume 38 N° 4 Páginas 400 - 406 |
| El discurso paramilitar de alias '39': sospechosos, infractores y redimidos en La Mesa, Cesar Facebook Twitter Pérez V., José Gregorio. | CS Ago 2016, N° 19 Páginas 217 - 248 |
| Association between Physical Education program in school and the practice team sports during university Facebook Twitter Sousa, Thiago Ferreira de; Barbosa, Aline Rodrigues; Santos, Sueyla Ferreira da Silva dos; Alvarenga, Ana Maria; Fonseca, Silvio Aparecido; Nahas, Markus Vinicius. | Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano Abr 2016, Volume 18 N° 2 Páginas 222 - 232 |
| Etnografia e aprendizagem na prática: | Educação e |

| | |
|---|--|
| explorando caminhos a partir do futebol no Brasil Facebook Twitter Gomes, Ana Maria R.; Faria, Eliene Lopes. | Pesquisa Dez 2015, Volume 41 N° spe Páginas 1213 - 1228 |
| Alta prevalência de sedentarismo em adolescentes que vivem com HIV/Aids Facebook Twitter Tanaka, Luana Fiengo; Latorre, Maria do Rosário Dias de Oliveira; Silva, Aline Medeiros; Konstantyner, Thais Claudia Roma de Oliveira; Peres, Stela Verzinhasse; Marques, Heloisa Helena de Sousa. | Revista Paulista de Pediatria Set 2015, Volume 33 N° 3 Páginas 326 - 331 |
| Proposta de sistematização de ensino do futebol baseada em jogos: desenvolvimento do conhecimento tático em jogadores com 10 e 11 anos de idade Facebook Twitter Aquino, Rodrigo Leal de Queiroz Thomaz de; Marques, Renato Francisco Rodrigues; Gonçalves, Luiz Guilherme Cruz; Vieira, Luiz Henrique Palucci; Bedo, Bruno Luiz de Sousa; Moraes, Camila de; Menezes, Rafael Pombo; Santiago, Paulo Roberto Pereira; Puggina, Enrico Fuini. | Motricidade Jun 2015, Volume 11 N° 2 Páginas 115 - 128 |
| Prática desportiva e sucesso escolar de moças e rapazes no ensino secundário Facebook Twitter Soares, Jorge Alexandre Pereira; Antunes, Hélio Ricardo Lourenço; Aguiar, Célia Fernanda dos Santos. | Revista Brasileira de Ciências do Esporte Mar 2015, Volume 37 N° 1 Páginas 20 - 28 |
| Perfil educacional de atletas em formação no futebol no Estado do Rio de Janeiro Facebook Twitter Melo, Leonardo Bernardes Silva de; Soares, Antonio Jorge Gonçalves; Rocha, Hugo Paula Almeida da. | Revista Brasileira de Educação Física e Esporte Dez 2014, Volume 28 N° 4 Páginas 617 - 628 |
| Futebol: representações e práticas de escolares do ensino fundamental Facebook Twitter Macagnan, Leandro Del Giudice; Betti, Mauro. | Revista Brasileira de Educação Física e Esporte Abr 2014, Volume 28 N° 2 Páginas 315 - 327 |
| Quando "rola a bola": reflexões sobre as práticas futebolísticas e a forma escolar nas aulas de Educação Física Facebook Twitter Faria, Eliene Lopes. | Revista Brasileira de Ciências do Esporte Abr 2014, Volume 36 N° 2 Páginas 501 - 513 |
| Jogadores de futebol no Brasil: mercado, formação de atletas e escola Facebook Twitter Soares, Antonio Jorge Gonçalves; Melo, Leonardo Bernardes Silva de; Costa, Felipe Rodrigues da; Bartholo, Tiago Lisboa; Bento, Jorge Olímpio. | Revista Brasileira de Ciências do Esporte Dez 2011, Volume 33 N° 4 Páginas 905 - 921 |
| Jovens esportistas: profissionalização no futebol e a formação na escola Facebook Twitter Rocha, Hugo Paula Almeida da; Bartholo, Tiago Lisboa; Melo, Leonardo Bernardes Silva de; Soares, Antonio Jorge Gonçalves. | Motriz: Revista de Educação Física Jun 2011, Volume 17 N° 2 Páginas 252 - 263 |
| O jogo de futebol no contexto escolar e extraescolar: encontro, confronto e | Revista Brasileira de Ciências do Esporte Mar 2011, Volume 33 N° 1 Páginas 69 - 86 |

| | |
|---|--|
| atualização Facebook Twitter Busso, Gilberto Leandro; Daolio, Jocimar. | |
| Atividade física, horas de assistência à TV e composição corporal em crianças e adolescentes Facebook Twitter Rivera, Ivan Romero; Silva, Maria Alayde Mendonça da; Silva, Renata D'Andrada Tenório Almeida; Oliveira, Bruno Almeida Viana de; Carvalho, Antonio Carlos Camargo. | Arquivos Brasileiros de Cardiologia Jun 2010, Volume 95 Nº 2 Páginas 159 - 165 |
| Difícil reconversão: futebol, projeto e destino em meninos brasileiros Facebook Twitter Souza, Camilo Araújo Máximo de; Vaz, Alexandre Fernandez; Bartholo, Tiago Lisboa; Soares, Antonio Jorge Gonçalves. | Horizontes Antropológicos Dez 2008, Volume 14 Nº 30 Páginas 85 - 111 |
| Sacrifícios, sonhos, indústria cultural: retratos da educação do corpo no esporte escolar Facebook Twitter Torri, Danielle; Albino, Beatriz Staimbach; Vaz, Alexandre Fernandez. | Educação e Pesquisa Dez 2007, Volume 33 Nº 3 Páginas 499 - 512 |
| Torcida familiar: a complexidade das inter-relações na iniciação esportiva ao futebol Facebook Twitter Filgueira, Fabrício M.; Schwartz, Gisele M.. | Revista Portuguesa de Ciências do Desporto Ago 2007, Volume 7 Nº 2 Páginas 245 – 253 |
| Lazer, a vida além do trabalho para uma equipe de futebol entre trabalhadores de hospital Facebook Twitter Camargo, Rosângela Andrade Aukar de; Bueno, Sônia Maria Villela. | Revista Latino-Americana de Enfermagem Ago 2003, Volume 11 Nº 4 Páginas 490 – 498. |

Como não obtivemos os resultados esperados, optamos por seguir na mesma base de dados, alterando apenas o descritor. Ao utilizarmos os descritores, “Futebol” e “deficiência visual”, obtivemos 15 artigos:

| Título autor(es) | Periódico/ano |
|--|--|
| 1 ANALYSIS OF Y BALANCE TEST AND DORSIFLEXION LUNGE TEST IN PROFESSIONAL AND AMATEUR SOCCER PLAYERS Facebook Twitter Xixirry, Marcela Godoy; Riberto, Marcelo; Manoel, Lucas Sartori. | Revista Brasileira de Medicina do Esporte Nov 2019, Volume 25 Nº 6 Páginas 490 - 493 |
| 2. Cardiac vagal index varies according to field position in male elite football players Facebook Twitter Araújo, Claudio Gil Soares de; Bottino, Altamiro; Pinto, Flávio Gomes Ferreira. | MedicalExpress Out 2018, Volume 5 elocation mo18006 |
| 3. POSTURAL CONTROL IN ATHLETES WITH DIFFERENT DEGREES OF VISUAL IMPAIRMENT Facebook Twitter Santos, Claudemir do Nascimento; Carvalho, Thiago Lemos de; Felício, Lilian Ramiro; Mainenti, Míriam Raquel Meira; Vigário, Patrícia dos Santos. | Journal of Physical Education Out 2018, Volume 29 elocation e2936 |

| | |
|--|--|
| 4. The influence of socio-cultural features in the contents of delusions, football delusion: Two Clinical cases Facebook Twitter Caseiro, João; Queirós, Otilia. | Nascer e Crescer Set 2018, Volume 27 Nº 3 Páginas 188 - 190 |
| 5. ANALYSIS OF SCIENTIFIC PRODUCTION RELATED TO SPORTS PSYCHOLOGY IN SPORTS SCIENCE JOURNALS OF PORTUGUESE LANGUAGE Facebook Twitter Dominski, Fábio Hech; Vilarino, Guilherme Torres; Coimbra, Danilo Reis; Silva, Rodrigo Batalha; Casagrande, Pedro de Orleans;Andrade, Alexandro. | Journal of Physical Education Jun 2018, Volume 29 elocation e2930 |
| 6. TORQUE, POWER AND FATIGUE RATIO IN KNEE FLEXORS AND EXTENSORS OF SOCCER PLAYERS Facebook Twitter Brasileiro, Jamilson Simões; Macedo, Liane de Brito; Oliveira, Araken Kleber Azevedo de; Lins, Caio Alano de Almeida. | Revista Brasileira de Medicina do Esporte Mar 2018, Volume 24 Nº 2 Páginas 117 - 120 |
| 7. POSTURAL CONTROL ANALYSIS DURING A STANDARDIZED KICK TASK IN SOCCER ATHLETES Facebook Twitter Alves, Bruno Mazziotti Oliveira; Silva Jr., Rubens Alexandre da; Rosa, Luciano Moreira; Mesquita, Thiago Rosa de; Oliveira, Paulo Rui de; Burigo, Ricardo Lima; Amorim, Cesar Ferreira. | Revista Brasileira de Medicina do Esporte Mar 2018, Volume 24 Nº 2 Páginas 89 - 96 |
| 8. Comparison of two classification criteria of lateral strength asymmetry of the lower limbs in professional soccer players Facebook Twitter Araújo, Sílvia Ribeiro Santos; Medeiros, Fabíola Bertú; Zaidan, Alvaro Dressler; Pimenta, Eduardo Mendonça; Abreu, Edgardo Alvares de Campos; Ferreira, Jacielle Carolina. | Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano Dez 2017, Volume 19 Nº 6 Páginas 644 - 651 |
| 9. KNEE ISOKINETIC TORQUE IMBALANCE IN FEMALE FUTSAL PLAYERS Facebook Twitter Rodrigues, Ana Carolina de Mello Alves; Vieira, Nathália Arnosti; Marche, Ana Lorena; Santana, Juliana Exel; Vaz, Marco Aurélio; Cunha, Sergio Augusto. | Revista Brasileira de Medicina do Esporte Set 2017, Volume 23 Nº 5 Páginas 352 - 356 |
| 10. La preparación psicológica de la selección nacional de fútbol de mayores de Venezuela (La Vinotinto): períodos 2001-2007 y 2008-2013 Facebook Twitter D'Amico, A.; Cañizares Hernández, M.; Sánchez Rodríguez, B.P.. | Cuadernos de Psicología del Deporte Jan 2017, Volume 17 Nº 1 Páginas 59 - 72 |
| 11. Comparison of conventional hamstring/quadriceps ratio between genders in level-matched soccer players Facebook Twitter Pellicer-Chenoll, M.; Serra-Añó, P.; Cabeza-Ruiz, R.; Pardo, A.; Aranda, R.; González, L.M.. | Revista Andaluza de Medicina del Deporte 2017, Volume 10 Nº 1 Páginas 14 - 18 |
| 12. MILITANTES, IRMÃOS E CABOS | Mana Ago 2016, Volume 22 Nº 2 Páginas 403 - 434 |

| | |
|---|--|
| ELEITORAIS: VIDA ASSOCIATIVA E TERRITÓRIO NAS PERIFERIAS DA CIDADE DE SÃO PAULO Facebook Twitter Moreno, Gilberto Geribola. | |
| 13. Isokinetic evaluation of knee muscles in soccer players: discriminant analysis Facebook Twitter Mazuquin, Bruno Fles; Pereira, Ligia Maxwell; Dias, Josilainne Marcelino; Batista Junior, João Pedro; Silva, Mônica Angélica Cardoso; Finatti, Matheus Elmer; Leme, Lucas Carvalho; Carregaro, Rodrigo Luiz; Moura, Felipe Arruda; Cardoso, Jefferson Rosa. | Revista Brasileira de Medicina do Esporte Out 2015, Volume 21 N° 5 Páginas 364 - 368 |
| 14. The “FIFA 11+” warm-up programme for preventing injuries in soccer players: a systematic review Facebook Twitter Fernandes, Alex de Andrade; Silva, Cristiano Diniz da; Costa, Israel Teoldo da; Marins, João Carlos Bouzas. | Fisioterapia em Movimento Jun 2015, Volume 28 N° 2 Páginas 397 - 405 |
| 15. Bilateral asymmetry of knee and ankle isokinetic torque in soccer players u20 category Facebook Twitter Silva, José Raphael Leandro Costa; Detanico, Daniele; Pupo, Juliano Dal; Freitas, Cintia de la Rocha. | Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano Abr 2015, Volume 17 N° 2 Páginas 195 - 204 |

Dos 15 artigos encontrados, 14 estão escritos em língua estrangeira, sendo 13 em inglês e 1 em espanhol. O outro artigo está escrito em língua portuguesa. Todos os artigos foram analisados e nenhum apresenta proximidade quanto ao tema abordado por este estudo.

Desta forma, diante das dificuldades em encontrar estudos relacionados ao nosso tema, fomos em busca de outra base de dados: O Google Acadêmico. Fazendo uso dos seguintes descritores: “futebol de cinco”; “educação física escolar”; “deficiente visual”; “inclusão” combinando-os ou utilizando-os de forma isolada, encontramos três estudos que se encaixaram perfeitamente nos critérios de inclusão estabelecidos.

| Título autor(es) | Periódico/ano |
|--|---|
| Os benefícios da inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares Mônica Silveira Bereta Patrícia Beatriz de Macedo Viana | Revista Pós-Graduação: Desafios Contemporâneos v.1, n. 1, jun/2014. |
| Proposta de ensino do futebol de cinco para estudantes com deficiência visual Amauri da Silva Paraizo | Monografia - Vitória de Santo Antão – PE/2018. |

| | |
|--|--|
| A inclusão do deficiente visual nas aulas de educação física escolar: impedimentos e oportunidades Maria Luíza Tanure Alves e Edison Duarte | Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 27, núm. 2, 2005, pp. 231-237 Universidade Estadual de Maringá Maringá, Brasil |
| | |

4. RESULTADOS

Analisando os estudos que acreditamos serem os que mais se aproximam da nossa temática, encontramos no trabalho de Alves e Duarte (2005) com o título: A inclusão do deficiente visual nas aulas de educação física escolar: impedimentos e oportunidades, trazendo alguns elementos que proporcionam a compreensão dos principais impedimentos envolvidos no processo de inclusão do aluno deficiente visual nas aulas de Educação Física.

Nas reflexões dos autores Alves e Duarte (2005) as tentativas de inclusão de alunos deficientes visuais dentro do contexto escolar confrontando-se com algumas barreiras importantes para a sua concretização, as quais são classificadas de acordo com as atitudes apresentadas pelos professores, pelos próprios alunos cegos ou com baixa visão e pela administração da escola.

De acordo com os autores, as barreiras relacionadas aos professores no processo de inclusão podem ser subdivididas em quatro categorias: Falta de preparação do profissional, currículo e atividades, ritmo de aula e, medo, superproteção e expectativas limitadas.

Os autores apontam a incapacidade e o despreparo por parte dos professores na promoção da inclusão dos alunos, apresentando a necessidade de capacitação profissional acerca da educação especial. Em relação ao currículo e as atividades, eles falam que a maioria das atividades propostas em seu formato tradicional são encaradas como desfavoráveis à participação independente do aluno com deficiência visual e defende um modelo de atividades adaptadas, possibilitando assim a participação de todos os alunos.

O ritmo da aula também é considerado um obstáculo a ser superado pelos docentes, tendo em vista que os deficientes visuais necessitam de maior tempo, de explicações específicas e de demonstrações para alcançar o desempenho esperado. Na visão dos autores faz-se necessário a moldagem do ritmo de aula, por parte do professor, ao seu grupo de alunos.

A última barreira destacada pelos autores foi a concepção por parte dos professores da incapacidade dos alunos com deficiência visual da realização das atividades propostas. Segundo eles, é fundamental que o educador compreenda que seu aluno cego ou com baixa visão, desde que receba informações e auxílios necessários, é capaz de realizar as mesmas atividades que o aluno não deficiente.

No que diz respeito aos obstáculos relacionados com o aluno, Alves e Duarte (2005) destacam três pontos determinantes: Superproteção dos pais, falta de oportunidades e falta de confiança.

A superproteção dos pais pode impedir a participação efetiva dos alunos nas aulas de Educação Física, através da restrição imposta pelos próprios pais e, conseqüentemente, temos a não interação dos alunos deficientes no ambiente. A falta de oportunidades consiste na falta de recursos ou adaptações necessárias para a participação do aluno deficiente visual. O terceiro, a falta de confiança, é o resultado dos fatores citados anteriormente, com o medo do aluno com deficiência visual de se machucar ou medo do ridículo.

Com relação à escola, temos as barreiras administrativas. Os autores enumeram os seguintes pontos: Tempo, falta de equipamento apropriado e dispensa médica.

Segundo Alves e Duarte (2005), os alunos que apresentam deficiência visual, geralmente, tendem a dividir o seu tempo com outras atividades, como aulas de terapia, de Braille e de orientação e mobilidade, podendo impedir a participação desses alunos em programas de atividades físicas.

A falta de equipamento aliado a ausência de adaptações nas atividades propostas, problema este que já foi citado, pode impedir a participação da criança deficiente visual nas aulas de Educação Física escolar. Sobre a dispensa médica, essa

barreira diz respeito aos laudos de médicos e oftalmologistas, os quais, por medo ou por desconhecimento, proíbem o aluno cego ou com baixa visão de frequentar as aulas de Educação Física.

Com relação aos benefícios proporcionados pelo processo de inclusão, recorreremos ao estudo de Bereta e Viana (2014) intitulado como: Os benefícios da inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares, que versa sobre os ganhos não apenas para os alunos que são incluídos, mas para todos que convivem no espaço escolar.

As autoras destacam a importância da inclusão para os alunos com deficiências possibilitando que eles ocupem um espaço antes não ocupado. Passando a exercer seus direitos e tornando-se cidadãos, convivendo com todos os outros alunos da escola. Afirma ainda que a socialização da criança especial o estimula a vencer novos desafios, fazendo-a se sentir cada vez mais capaz. A criança cresce e aprende a viver em ambientes integrados, encontrando nos demais colegas modelos, e passam a segui-los muitas vezes.

Bereta e Viana (2014) apontam ainda outro fator positivo para o processo de inclusão, argumentando o aumento das possibilidades dos indivíduos com algum tipo de deficiência estabelecer significativos laços de amizade, de desenvolverem-se física e cognitivamente e de serem membros ativos na escola e na construção de conhecimentos.

Acerca da participação dos alunos com deficiência em escolas regulares, as autoras afirmam que em pouco tempo de convivência com os alunos ditos normais, o aluno deficiente torna-se mais social, mais comunicativo e reduz significativamente os comportamentos considerados inapropriados para a convivência social. Ainda de acordo com as autoras, os alunos desenvolvem seu senso de auto aceitação e autovalorização, percebendo que são diferentes dos demais, mas aceitam e não se sentem inferior.

A inclusão também afeta os outros alunos sem deficiência, pois eles aprendem a lidar com o “diferente”, deixam os preconceitos de lado e aceitam as pessoas do jeito que são. As autoras afirmam que eles passam a ser mais tolerantes, solidários e comprometidos com o próximo, e ajudam sempre que necessário.

Bereta e Viana (2014) também falam da participação dos docentes no processo de inclusão, destacando que incluir crianças deficientes em escolas regulares melhora a vida profissional dos professores, pois os desafia a desenvolverem abordagens mais centradas na criança, participativas, e de ensino ativo, permitindo a experimentação de várias metodologias, superando assim os obstáculos apontados por Alves e Duarte (2005).

Após todas as considerações levantadas pelas autoras, elas concluem que o processo de inclusão estimula a compreensão e aceitação das diferenças e a construção de uma sociedade solidária, onde o ensino regular passa a ser um lugar de aprendizagem para todos. Ainda afirmam que a inclusão reforça a prática de que as diferenças devem ser aceitadas e respeitadas.

Conforme apresentado anteriormente, a Educação Física se constitui em uma grande área de adaptação ao fornecer a oportunidade de participação dos alunos em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, permitindo-os que sejam valorizados e se integrem num mesmo ambiente. A Educação Física quando adaptada ao aluno portador de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação (Cidade e Freitas, 1997).

Desta forma, o estudo de Paraizo (2018), com o título proposta de ensino do futebol de cinco para estudantes com deficiência visual, traz em seu conteúdo uma proposta de ensino do conteúdo da Educação Física “futebol” através da modalidade esportiva “futebol de cinco”, cujo objetivo do estudo é gerar conhecimentos para aplicação prática.

Segundo o autor, as atividades foram desenvolvidas para a iniciação, onde os fundamentos foram trabalhados de forma isolada e composta por outros fundamentos, sempre colocando o indivíduo em uma situação real de jogo, realizados de forma gradual, do simples para o complexo, possibilitando infinitas atividades em todos os fundamentos, e acarretando no melhoramento das suas habilidades.

De grande importância no processo de inclusão, os materiais utilizados na prática pedagógica de Paraizo (2018) foram adaptados à realidade da escola, a exemplo

da bola de futsal totalmente envolvida por um saco plástico, com o propósito de produzir um som que se assemelhe ao do guizo das bolas oficiais do futebol de cinco. A carência de materiais que as escolas podem apresentar, como Alves e Duarte (2005) citaram, foram reformuladas neste simples exemplo.

A proposta de ensino apresentada por Paraizo (2018) apresenta a superação das barreiras levantadas por Alves e Duarte (2005) em relação aos docentes através da aplicabilidade de uma aula para deficientes visuais, demonstrando a capacitação e o encorajamento do professor em desenvolver novas metodologias, conforme apontadas por Bereta e Viana (2014), adaptando a aula do conteúdo futebol para a promoção do processo de inclusão dos alunos

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado ao longo do estudo, o processo inclusivo é apontado por diversos autores como o caminho ser trilhado para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, cabendo a sociedade o entendimento em relação ao respeito as diferenças e as necessidades de cada indivíduo, criando condições para participação de todos.

Desta forma, devemos pensar em um modelo escolar que oportunize o acesso a educação para todos, sem qualquer tipo de segregação, adequando-se as potencialidades e necessidades de cada aluno. Quanto aos educadores, espera-se que busquem trabalhar com as diversidades, compreendendo seu papel no desenvolvimento dos alunos, ressaltando a importância da inclusão e seus benefícios.

A Educação Física como componente curricular apresenta-se como grande instrumento para o desenvolvimento dos aspectos relacionados à saúde e à aptidão física, que, muitas vezes, é relegada das possibilidades de prática pelas pessoas com deficiência.

Do ponto de vista inclusivo, a Educação Física surge como uma disciplina propícia para a promoção da inclusão. Um fato que contribui para justificar tal afirmação é a possibilidade de trabalhar os conteúdos de diversas formas, com atividades amplamente passíveis de adaptações, geralmente de caráter lúdico, estimulando a participação e, conseqüentemente, o processo de inclusão.

O ensino do futebol de cinco é um exemplo prático de que é possível para o docente trabalhar conteúdos desafiadores como o futebol para alunos com deficiência visual na escola regular. Compreendendo a realidade do aluno, juntamente com a realidade da escola, adaptando os materiais necessários e fornecendo as diretrizes para que os alunos sejam incluídos no processo de aprendizagem e possam desenvolver suas potencialidades.

No processo educacional inclusivo, o docente precisa estar atento as necessidades e anseios dos alunos com deficiência visual, adequando-se a realidade estabelecida, criando um ambiente com todas as condições necessárias para que o processo de inclusão aconteça. Diante disso, é de grande importância a formação continuada do professor, promovendo o desenvolvimento de novas metodologias de

ensino, propostas inovadoras e desafiadoras, a fim de superar os obstáculos apontados nas literaturas consultadas.

Tendo em vista a escassez de material literário disponível, atrelado a importância da discussão sobre a questão da inclusão nas aulas de Educação Física nas escolas, em especial o deficiente visual, aponto como fundamental novos estudos nesta área apresentando novas visões e reflexões, ampliando a compreensão e estimulando debates futuros.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S.; DUARTE, E. **Educação inclusiva: um estudo na área da educação física.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.11, n.2, p.223-240, maio/ago. 2005.

ALMEIDA, J.J.G. Metodologia Aplicada ao Deficiente Visual. **Caderno de texto do Curso de Capacitação de Professores Multiplicadores em Educação Física Adaptada.** Secretaria de Educação Especial, Brasília: MEC/SEESP. 2002. 161 p.

ALVES, Maria Luíza Tanure; DUARTE, Edison. **A Inclusão do Deficiente Visual nas Aulas de Educação Física Escolar: impedimentos e oportunidades.** Maringá, *Acta Sci. Human Soc. Sci.* Vol. 27, nº 2, pág. 231-237, 2005

AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. **Compreendendo o cego: Uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-histórias.** São Paulo: Casa do psicólogo, 1997.

ARAUJO, Luiz Alberto David. Painel sobre os direitos das pessoas com deficiência no sistema constitucional brasileiro. In: CAVALCANTI, Ana Elizabeth Wanderley; LEITE, Flávia Almeida; LISBOA, Roberto (Org.). **Direitos da infância, juventude, idoso e pessoas com deficiência.** São Paulo: Editora Atlas, 2014. Cap. 17, p. 289-296.

BENTO, Jorge O. **Desporto: discurso e substância.** Porto: Campo das Letras, 2004.

BERETA, M.S.; VIANA, P.B.M. (2014). **Desafios Contemporâneos.** Revista PósGraduação.[Em linha]. Disponível em:. [Consultado em: 30/08/2019].

BETTI, M., ZULIANI, L.R. **Educação Física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas.** In Revista Mackenzie de Educação Física e Esportes. São Paulo: 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasileira. Promulgada em 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União,** Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 de ago. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasileira. Decreto 3.298 de 1999. Regulamenta a Lei 7.853 de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, 20 de dezembro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 25 de ago. 2017.

BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual –** Coordenação geral SEESP/DEP/MEC. SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. Brasília, MEC 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasileira. Lei 13.146 de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com O direito à acessibilidade do deficiente visual à luz da lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência Percurso Acadêmico, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, jul./dez. 2017 417 Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 25 de ago. 2017.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 3.ed. Porto alegre: Mediação, 2005.

CASTELLI; D. P.; Fontes, M. S. **Futebol paraolímpico: manual de orientação para professores de Educação Física**. Brasília. Comitê Paraolímpico Brasileiro. 2006. 50p.

CUTSFORTH. T. D. (1969) **O cego na escola e na sociedade: Um estudo psicológico**. São Paulo: Campanha Nacional de Educação dos Cegos

DAOLIO, J. **As contradições do futebol brasileiro**. In: CARRANO, P. C. R. (org.). *Futebol: paixão e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 33.

FILHO, C. W. O. et al. **As relações do jogo e o desenvolvimento motor na pessoa com deficiência visual**. *Revista brasileira de ciência do esporte*. Campinas, v.27, n.2, p.7-18, Janeiro. 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, J.; MORATO, M. P. **Futebol de 5**. In: Winckler, C.; Mello, M. T. (Org.). *Esporte Paralímpico*. Atheneu. Vol. 1. p.115-124. 2012.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIL, M. (Org). **Deficiência Visual. Cadernos da TV ESCOLA, Ministério da Educação**. Brasília: 2000.

GLAT Rosana; NOGUEIRA Mário Lucio De Lima. **Políticas Educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. *Revista Integração*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, ano 14, nº24, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALES,Juliana Callado; AMARAL,Sérgio Tibiriçá. **A Pessoa Portadora De DeficiênciaE Suas Dificuldades Na Sociedade Contemporânea**. Disponível em<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1442/1378>. Acesso em 02 de abril de 2014

IPC, Cômite Paraolímpico Internacional: **Paraolimpíadas: Futebol**; in: www.paralympic.org acessado em 23/11/2019.

LEITE, Flávia Almeida. **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. São Paulo, SP. Saraiva, 2016.

MARQUES, Renato F. R. et. al. **Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea**. Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 365-77, out./dez. de 2009.

MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MORATO, M.P. **Futebol para cegos (futebol de cinco) no Brasil: leitura do jogo e estratégias tático-técnicas**. 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

OCAHITA, Esperanza; ROSA, Alberto. Percepção, Ação e Conhecimento em Crianças Cegas. In: COOLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Org.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.v.3. p. 183-197

ROSA, Rejane Souza. **A Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Educativas Especiais em Escola de Ensino Regular**. Disponível em: . Acesso: 30/08/2010.

SANCHEZ, PA. **Deficiencias visuales y psicomotricidade: teoria y practica**. Organización Nacional de Ciegos Españoles, 1994, 255p.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida**. São Paulo. Aurea: 2003.

SOUZA; R. P.; CAMPOS, L. F. C. C. C.; GORLA, J. I. **Futebol de 5: Fundamentos e Diretrizes**. Atheneu. 2014

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca e Enquadramento de Acção: Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: Unesco.

WINNICK, J.P. **Educação física e esportes adaptada**. 3ª ed. Barueri-SP: Manole, 2004.

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. **Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva**. Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, ano 14, nº24, 2002.